

Comissão Pró Índio do Acre – CPI-Acre  
Programa de Gestão Territorial e Ambiental  
Rio Branco  
2020

---

# Resumo Executivo da Oficina de Gestão Territorial e Ambiental e Manejo de Resíduos Sólidos Terra Indígena Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu

Paula Lima Romualdo



Texto: Paula Lima Romualdo

Edição: Julieta Matos

Diagramação: Camila Martins

Realização:



Apoio:



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	5
IDENTIFICAÇÃO DA TERRA INDÍGENA	5
DISCUSSÕES DA OFICINA	6
Formação do Agente Agroflorestral Indígena (AAFI)	6
Prática agroflorestral	8
Manejo de resíduos sólidos	9
Articulação com a Prefeitura de Marechal Thaumaturgo	11
Produção de material didático sobre Resíduos Sólidos	12
Captação de água da chuva	17
Definição de consultor indígena	19
Oficina Gestão Integrada para a Proteção dos Territórios das Comunidades Indígenas e Não Indígenas nas Bacias Binacionais dos Rios Juruá, Amônia e Breu	20
Apresentação do Plano de Gestão Integrado para a proteção dos territórios na Fronteira Acre-Ucayali	22
Plano de Vigilância e Proteção Territorial da Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu	24
A presença de povos indígenas isolados na bacia do rio Breu	25
Percepção dos Huni Kuĩ e Ashaninka sobre a qualidade de vida na Terra Indígena	25
Percepção dos Huni Kuĩ e Ashaninka sobre as mudanças do clima	26



## Apresentação

*Mulheres apresentam suas demandas sobre o uso da água. (Foto: Paula Lima)*

Este Resumo Executivo apresenta informações relativas à **Oficina de Gestão Territorial e Ambiental e Manejo de Resíduos Sólidos da Terra Indígena Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu**, com o objetivo de comunicar e divulgar as ações do Projeto “Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre” (2018-2022). A oficina aqui descrita é uma das atividades previstas no Projeto, contratado no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) - Chamada Pública para Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI.

A Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre) é a instituição responsável pela execução do Projeto, em parceria com oito Associações de Terras Indígenas (TI): Associação dos Kaxinawa do Rio Breu (AKARIB), Associação Ashaninka da Terra Indígena do Rio Breu (AARIB), Associação dos Produtores Kaxinawa da Aldeia Paroá (APROKAP), Associação Comunitária Shanenawa da Morada Nova (ACOSMO), Associação dos Povos Indígenas Shanenawa da Aldeia Shanekaya (SHANEKAYA), Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawa do Rio Carapanã (ASKPA), Associação dos Produtores e Agroextrativistas Huni Kuĩ do Caucho (APACH), Associação dos Seringueiros Kaxinawa do Rio Jordão (ASKARJ) e duas Organizações de Categoria Indígena: Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC e Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC.

O projeto visa apoiar a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de oito Terras Indígenas no Acre<sup>1</sup>, a continuidade da formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas e do manejo, enriquecimento e ampliação de quintais e sistemas agroflorestais. Pretende-se também fortalecer as ações e as ferramentas de proteção territorial, promover estratégias de articulação, diálogo e troca de experiências com as populações do entorno das Tis.

---

<sup>1</sup> Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá Seringal Independência, Kaxinawá e Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawá do Igarapé do Caucho, Kaxinawá da Praia do Carapanã, Kampa do Igarapé Primavera e Katukina/ Kaxinawá.



## Introdução

A oficina<sup>2</sup> aconteceu entre os dias 16 e 24 de outubro de 2018 na Terra Indígena Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu. Teve como objetivo promover estratégias de articulação e troca de experiências sobre o uso, o manejo e a conservação da agrobiodiversidade e a gestão territorial e ambiental da TI com as comunidades do entorno (Reserva Extrativista - RESEX do Alto Juruá e comunidades indígenas do lado peruano). Envolvemos lideranças destas comunidades, professores, agentes agroflorestais, agentes de saúde, artesãs, estudantes, entre outros povos indígenas e extrativistas, do lado brasileiro e peruano. Foram desenvolvidas atividades no âmbito da formação dos AAFIs, provocando reflexões com a comunidade sobre as ações práticas relacionadas à conservação dos recursos naturais e agroflorestais na TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu e seu entorno.

A equipe da CPI-Acre foi composta por Frank Silva (coordenador do Setor de Geoprocessamento) e por mim, Paula Lima (assessora do Programa de Gestão Territorial e Ambiental). Saímos de Rio Branco com destino a Cruzeiro do Sul no dia 12 de outubro de 2018 e no dia 15 de outubro chegamos à Aldeia Vida Nova. Em nossos barcos trouxemos junto à equipe materiais didáticos e paradidáticos, algumas ferramentas e parte da alimentação utilizada durante o evento.

## Identificação da Terra Indígena

A Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu está localizada na microrregião do Alto Juruá, no município de Marechal Thaumaturgo. Possui uma área de 31.277 ha, com perímetro de 158 km. A TI foi identificada pela FUNAI em 1986, demarcada em 2000 e homologada em 2001. Faz limites com a TI Kaxinawa do Rio Jordão, com a RESEX Alto Juruá, além de ser fronteira internacional com o Peru, seguindo o curso do rio Breu (Romualdo, 2019)<sup>3</sup>.

Na Reserva Extrativista Alto Juruá existem atualmente cinco aldeias e na TI, nove aldeias e dois novos grupos, com uma população estimada em 475 Kaxinawa e 217 Ashaninka, totalizando 692 moradores distribuídos na TI e na RESEX Alto Juruá.

Os povos Kaxinawa (autodenominação Huni Kuĩ) e Ashaninka são falantes de línguas pertencentes às famílias linguísticas Pano e Aruak, respectivamente.

---

<sup>2</sup> Duas oficinas ocorreram simultaneamente na TI: a Oficina de Gestão Territorial e Ambiental e Manejo de Resíduos Sólidos e na sequência a Oficina de Gestão Integrada para a Proteção dos Territórios das Comunidades Indígenas e Não Indígenas nas Bacias Binacionais dos Rios Juruá, Amônia e Breu. As informações desta última, foram sistematizadas a partir do relatório de Frank Silva.

<sup>3</sup> Paula Lima Romualdo. Relatório de viagem de assessoria à Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Breu. CPI-Acre, 2019. 194 páginas

## **Formação do Agente Agroflorestal Indígena (AAFI)**

Inicialmente, fizemos uma reunião com os AAFIs e demais presentes. O AAFI Aldemir Matheus fez a apresentação e discussão sobre os critérios para ser um AAFI.

*A AMAAIAC foi formada em 2002 e já têm 16 anos de luta. Depois da criação deste movimento, tivemos um fórum para elaborar os critérios e para uma pessoa trabalhar num cargo, precisa ser escolhido pelo seu povo, pela sua comunidade. Os critérios servem para ajudar nessa escolha.*

Na sequência, abordamos o processo de formação dos AAFIs, destacando as modalidades de formação e a carga horária necessária. Enfatizei o uso do Diário de Trabalho, ferramenta essa que possibilita ao AAFI a reflexão sobre a prática de suas ações, como também compõe a sua formação a distância. Conversamos da importância de seus registros e convidei alguns AAFIs para apresentarem oralmente as anotações.

*O diário de trabalho é um registro da atividade que nós fazemos. Registramos o dia que vamos trabalhar no nosso SAF, no viveiro de mudas, do que a gente vem fazendo junto a nossa comunidade. Registramos as visitas, trabalho comunitário, reuniões, caçadas, isso é uma forma de comprovar o nosso trabalho. Pra quando a gente for analisar, “Rapaz! Eu comecei fazendo meu trabalho desse jeito e hoje estou fazendo já bem melhor”. Também ajuda a melhorar na escrita, fazendo a produção de textos, porque se você não escrever muito, não aprende e isso pode ajudar na caligrafia, eu trabalhei muito nisso.*

AAFI Aldemir Matheus

Os AAFIs formados e aqueles próximos de concluir a formação foram convidados a relatar sobre seu histórico de trabalho:

*Sou Shane Huni Kuĩ, (...) entrei como AAFI em 2000 e naquela época morava lá aldeia Japinim. Antes disso eu trabalhei no cativoiro, cortando seringa por 14 anos e ajudando meu pai (...). Trabalhei muito tempo com a seringa, mas ouvia naquela época do trabalho que os AAFIs estavam fazendo lá no Jordão, isso em 1996 e quis trabalhar também (...). Na época eu só tinha até a 4ª série e é como o Bigode falou, a gente chegou lá e tinha que escrever. Aí pensei: “rapaz não vou trabalhar mais não, vou ter muita dificuldade com esse trabalho” (...). No CFPE, a gente planta, estuda o habitat das plantas. Quando participei do curso também vi o trabalho do Valmir Ribeiro e queria trabalhar com os tracajás na minha aldeia. Meu tio também me apoiou no trabalho na aldeia, a CPI-Acre na minha formação e fizemos muito cursos por lá. Hoje estamos por aqui, pra ajudar os jovens no saber como fazer. Em 2005 me escolheram como coordenador dos AAFIs, para ajudar os novatos, necessidade de plantar e outras dúvidas deles. Ainda sou o coordenador. Em 2012 vim aqui para aldeia Vida Nova e sou o AAFI daqui.*

AAFI José Samuel

No contexto da formação dos AAFIs, trabalhamos em distintos momentos com a importância do Diário do Trabalho. Dentre os agroflorestais presentes, o AAFI formado José Samuel mostrou-se muito dedicado no uso da ferramenta e entregou os diários dos anos de 2017 e 2018 (ambos foram arquivados no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Indígena – CDPI/CPI-Acre).

Nas suas anotações, em sua maior parte registrada na língua portuguesa, observei um olhar em especial pela saúde das famílias. Ele constantemente participa de atividades junto aos agentes de saúde e demais comunitários, na elaboração de preparados medicinais, para cura de variadas doenças. Além das anotações das atividades práticas realizadas com alunos e outros interessados, observa-se que a comunidade se preocupa em reunir de tempos em tempos para avaliar as ações da AKARIB.

Recebi também o diário de trabalho do AAFI novato Jackson Sereno, onde registra muitas informações e todas estas em Hãtxa Kuĩ. Observei nos diários dos dois AAFIs que pouco foi trabalhado na forma de ilustrações.

Em um dos momentos da conversa sobre o diário de trabalho, o AAFI Matxerenke relatou algo muito semelhante ao que temos acompanhado nos últimos tempos, que é um equívoco a respeito do papel do diário para a formação. Para ele e alguns mais, o diário se confunde com o relatório para pagamento das bolsas, sendo que cada “produto” tem uma função e um destino distinto. O diário deve ser repassado a CPI-Acre que é a responsável pela formação do AAFI e o relatório para AMAAIAC, responsável por intermediar o pagamento das bolsas. Sentimos que a exigência do relatório para pagamento de bolsa, fez com que o diário entrasse em desuso pelos agroflorestais. Percebo que os AAFIs formados ainda mantêm mais essa prática, quando comparado aqueles em processo de formação.

*Diário do nosso trabalho de AAFI é registro do AAFI, para provar nosso trabalho que fazemos na nossa aldeia. Senão fizer nada e aí? Quem faz o nosso pagamento não vai ver nada, como vai saber que trabalhamos? Por exemplo, quando eu não faço nada, quem paga bolsa, não vai querer me pagar. Serve para provar nosso trabalho.*

As modalidades de formação desempenhadas pela CPI-Acre como cursos de formação, intercâmbio, oficinas, assessorias, são uma grande referência nas ações que os AAFIs desenvolvem junto às comunidades. É visível quando visitamos os modelos demonstrativos agroflorestais nas aldeias, como também nos discursos dos AAFIs, ao recordar constantemente as experiências adquiridas e trocadas durante suas formações.



*AAFI e comunidade na recomposição da mata ciliar. (Foto: Paula Lima)*



*AAFI José Samuel e liderança Pepi Ashaninka durante o plantio. (Foto: Paula Lima)*



AAFI Bibiano ilustra a atividade de recomposição de mata ciliar de açude da aldeia Vida Nova.



AAFI Ermílio ilustra a atividade de recomposição de mata ciliar de açude da aldeia Vida Nova.

### **Prática agroflorestal**

Inicialmente trabalhamos o tema em sala de aula com conteúdo teórico, abordando questões técnicas inerentes à formação do AAFI, tratando conceitos como agroecologia, sistemas agroflorestais, quintais agroecológicos, ecologia de espécies, espaçamento e profundidade de plantio, enriquecimento de área.

Após a aula teórica, dividimos as ferramentas trazidas de Rio Branco e ficou a critério do AAFI José Samuel qual atividade iríamos desenvolver. Informou que tinha um total de 472 mudas em seu viveiro e que gostaria de realizar um plantio direto na mata ciliar do açude. O viveiro do Samuel fica a 20 minutos de caminhada da aldeia, em uma área denominada de “colocação”.

Durante nossa caminhada, observei diversas áreas que o AAFI vem trabalhando intensamente junto à comunidade da aldeia Nova Vida, como extensos bananais, parque medicinal com cipó, chacrona e variadas medicinas tradicionais; enriquecimento de roçados, fruteiras, espécies florestais.

*Aldeia Vida Nova, 20 de outubro de 2018*

*Depois do café da manhã, partimos para aula teórica e depois para aula prática de agrofloresta, junto com os oito AAFIs e com os presentes da oficina, um total de 30 pessoas. Tinha Huni Kuĩ, Ashaninka, dois assessores da CPI-Acre que são Frank e Paula que moram em Rio Branco, da Funai o André, que mora em Rio Branco. Depois fomos pegar as mudas no meu viveiro: pegamos 47 mudas de açai solteiro, 14 mudas de cacau, 15 mudas de bacaba e mais uma muda de biribá.*

*No plantio definitivo, que foi no local da beira do açude, trabalhamos com um espaçamento de três metros entre os açais. O habitat do açai, ele gosta de terra baixa e terra alta, aí nós plantamos na terra baixa. O cacau nós plantamos no local de sombra, porque ele gosta de sombra. Nesse trabalho fizemos a recomposição da mata ciliar e o enriquecimento de quintais. Trabalhamos com a matéria orgânica, usamos a terra preta e a cobertura morta que estava por lá. O material que usamos foi terçado, boca de lobo, regador, essas foram as ferramentas principais. Esta prática foi muito boa, junto com os parentes Ashaninka. Eles entenderam bem assim como é o trabalho dos agroflorestais.*

Texto do AAFI José Samuel

## ***Manejo de resíduos sólidos***

Ao iniciarmos a proposta da Oficina sobre o Manejo de Resíduos Sólidos, contextualizamos o tema Mudanças Climáticas, descrevendo o cenário numa escala global com impactos locais, resultante da pressão antrópica. Apresentamos alguns vídeos e fotos sobre a temática, que contextualizaram a poluição de rios, mares, oceanos, cidades e os percalços da humanidade na busca por soluções. Também foi apresentada uma escala de tempo de decomposição de cada tipo de material.

De modo geral, o lixo (orgânico, não orgânico e tóxico) corresponde a todos os tipos de resíduos produzidos pelas atividades humanas. Com o aumento progressivo da população mundial, cresceu o consumo de uma infinidade de produtos que consequentemente geram grandes quantidades de lixo. O lixo é derivado das atividades humanas, uma vez que não existe naturalmente (com exceção dos resíduos orgânicos), já que tudo que agrega elementos da natureza possui sua capacidade de regenerar e/ou degradar. Pode ser considerado orgânico (restos de frutas, folhas, alimentos, madeira, papel, animais, etc.), não orgânico que pode ser reciclável (plástico, alumínio, vidro, etc.) ou não (dar exemplo) e lixo tóxico (pilhas, baterias e material hospitalar).

Mencionei que no Brasil é previsto um plano específico - a Política Nacional de Resíduos Sólidos - para tratar dessa demanda. A PNRS estabelece princípios, objetivos, diretrizes, metas e ações, e importantes instrumentos, tais como o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que procura contemplar os diversos tipos de resíduos gerados, alternativas de gestão e gerenciamento passíveis de implementação, bem como metas para diferentes cenários, programas, projetos e ações correspondentes. O Plano mantém estreita relação com os Planos Nacionais de Mudanças do Clima (PNMC), de Recursos Hídricos (PNRH), de Saneamento Básico (PLANSAB) e de Produção e Consumo Sustentável (PPCS). Também apresenta conceitos e propostas que refletem a interface entre diversos setores da economia compatibilizando crescimento econômico e preservação ambiental com desenvolvimento sustentável.

Há a proposta de implementação da Logística Reversa, que necessita de um acordo setorial e representa: “ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto”. Nesse sentido, sem este acordo prévio e o conhecimento da realidade local, regional ou nacional, o planejamento de metas e ações poderá ser inadequado e, assim, os benefícios da gestão de resíduos sólidos não serão eficientes e/ou eficazes e os prejuízos ambientais e socioeconômicos continuarão a representar um ônus à sociedade e ao ambiente. . Dentre os resíduos definidos como objetos obrigatórios da logística reversa nos termos do programa citam: pilhas e baterias, pneus, lâmpadas fluorescentes, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; e produtos eletroeletrônicos e seus componentes (PNRS, 2010).

Os óleos lubrificantes e seus resíduos, com utilização em grande escala nas TIs, representam um risco de contaminação ambiental, sendo classificados como resíduo perigoso, segundo a norma brasileira. E de acordo com a Associação Brasileira de Indústria da Iluminação, os resíduos das lâmpadas podem contaminar o solo e as águas, atingindo a cadeia alimentar. As lâmpadas ainda possuem um uso reduzido nas TIs, porém tende a ser um problema futuramente.

Mas como está a realidade do manejo do lixo nas TIs? Como está a discussão sobre educação ambiental?

*Sobre o manejo do lixo na aldeia Nova Morada, a nossa comunidade **organiza o lixo e separamos a pilha**, colocamos lá no canto. Toda pilha que tem, ajeitamos dentro da nossa comunidade, para explicar para colocar no canto, né? Nossa comunidade com uma sacola juntamos tudo, colocamos no canto para levar para o município e deixamos lá, a mesma coisa a bateria. Bateria faz mal. Também na nossa comunidade sempre falo pra minha mãe e para a minha esposa: - ...olha, bora ajuntar tudo e colocar no canto, para levar para o município. Paula, desse jeito como tu falou, demora muitos anos cada lixo acabar. Anotei aqui no meu diário de trabalho: lata 50 anos, plástico 400 anos e balde 1000 anos. 1000 anos são muitos anos, não são três meses não! Quando tem vaso quebrado e outros materiais que não prestam mais, nós juntamos, guardamos e levamos para o município. Papel rasgado, jogado, juntamos e vai para a mata para queimar uns 200 metros de casa. Casca de banana a gente faz adubo pra plantas. Por isso nós estamos praticando para aprender, como funciona o trabalho na nossa comunidade, tem que contar sua experiência, cada comunidade tem que ter sua organização também. A nossa privada a gente faz um cocô também a 100 metros de distância da aldeia. Essa é a minha função como agente agroflorestal.*

AAFI Chico Petxanka Ashaninka

Quando organizamos o planejamento das atividades sobre o tema, propus uma dinâmica participativa de coleta de lixo na aldeia. Porém, encontramos a aldeia Vida Nova muito bem organizada, não só na questão do lixo, como também participativa nas atividades, no oferecimento de contra partida, onde tivemos deliciosos pratos típicos elaborados pelas mulheres.

No segundo dia da oficina, o Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo, Moisés Moreira, chegou para participar das discussões.

*(...) Sobre a logística que a Paula e o Frank têm trabalhado com vocês, como esse material pode ser destinado de forma correta, se vocês juntarem todo esse lixo nas aldeias, se for algum representante da comunidade para o município vai levar todo esse material, que a gente tem um espaço para receber e vamos dar um destino mais correto. Então, se vocês forem para Thaumaturgo e levarem pilha ou bateria, podem me procurar na prefeitura ou alguém na Secretaria de Meio Ambiente. Que a gente recebe o material e dá o caminho adequado. Lá em Thaumaturgo tem uma cooperativa que coleta o alumínio (...) Além do trabalho com alumínio, a gente trabalha com a coleta de pneus (...). A gente pega esse material que não tem mais serventia, organizamos um estoque grande e mandamos para Cruzeiro. Essa cooperativa em Cruzeiro é uma parceria com o Ministério Público desde o ano de 2017. Quando começamos o trabalho dessa gestão junto à Secretaria de Meio Ambiente, todo lixo gerado no município era jogado a céu aberto (...). Criamos uma parceria com o MP, começamos a cavar as valas, que são drenadas. Fizemos uma vala para o lixo domiciliar, uma outra vala para carcaças de animais e outra para lixo hospitalar. O correto é ter o aterro sanitário, mas como o município não tem toda essa estrutura, estamos fazendo dessa forma. Tem um sistema no município que está há mais de um ano funcionando é o Trok-Trok. Se vocês juntarem 1 kg de alumínio ou 1 kg de garrafa PET, podem trocar por 1 kg de alimento lá no Trok-Trok. O Benki Ashaninka que está coordenando esse trabalho.*

*Nas TIs, damos as mesmas orientações que estamos trabalhando aqui, sobre a logística reversa (...). Nas comunidades maiores como Restauração e Triunfo, estamos começando a adequar agora. Cavamos um buraco de 2x2 m e isso deve ser feito quando vocês não tiverem como levar, porque sabemos que não é o correto. A gente pode estar levando essa indagação e sua pergunta para o prefeito e ver como ele pode estar contribuindo para isso, se é contratando uma pessoa para estar fazendo essa atividade, pode ser suporte com gasolina e todos esses questionamentos que nós estamos sentando e resolvendo juntos. Com relação às pilhas, tínhamos um trabalho em parceria com a SOS Amazônia, mas a SOS saiu do município e começamos a enviar para Cruzeiro, lá tem cooperativa e os próprios comércios que coletam esse tipo de lixo (...). Com relação ao lixo da saúde, é orientada a equipe da saúde que pegue todo o lixo dela e retorne para Thaumaturgo, não deixar na comunidade.*

### **Articulação com a Prefeitura de Marechal Thaumaturgo**

No dia 10 de outubro de 2017, a equipe da CPI-Acre, formada por Maria Luiza Ochoa (coordenadora do Programa de Políticas Públicas e Articulação Regional) e Frank Silva (coordenador do Setor de Geoprocessamento), realizou reunião com o prefeito de Marechal Thaumaturgo, Isaac Pianko, liderança e professor do povo Ashaninka da TI Kampa do Rio Amônia, que assumiu a prefeitura desde janeiro de 2017.

A reunião foi pautada em assuntos relacionados a ações desenvolvidas pela CPI-Acre nas TIs do município de Marechal Thaumaturgo. Foi informado sobre as atividades em curso e aquelas que seriam desenvolvidas no âmbito deste Projeto, visando uma parceria institucional entre a CPI-Acre e a prefeitura.

Sobre a captação de água pluvial, a CPI-Acre implementará modelos pilotos de captação de água da chuva em oito pontos nas aldeias e, com essa experiência, a prefeitura incorporaria como um programa municipal para implementar nas outras TIs do município. Já a gestão de resíduos sólidos é uma demanda que a prefeitura prevê trabalhar, principalmente com as comunidades do entorno e comunidades ribeirinhas, devido a poluição do rio Juruá e afluentes.

*A prefeitura de Marechal Thaumaturgo pensou nas TIs do município levando em consideração principalmente a questão dos resíduos sólidos, considerando todo o mapeamento do município. Porque o município ainda não tem um plano integrado de manejo de resíduos sólidos. A gente queria atingir 20 % da área rural. Fizemos palestras e em cima disso, estamos pensando em um plano para o município e integrando aldeias. Isso é mais complexo, porque precisa do plano de saneamento básico, o plano foi iniciado na gestão anterior, mas ele não deu prosseguimento. E quando entramos vimos a situação do plano e falta pouco pra finalizar, vimos o que precisava e finalizamos e já foi aprovado. Tendo o plano em mãos, conseguimos captar recursos com o Governo Federal. Isaac junto com a equipe da DEPASA e da licitação da prefeitura, tem procurado meios para acessar editais. Esse ano, tivemos uma reunião com o representante do Banco da Amazônia que informou que saindo os editais para TIs e ele iria nos informar para acessar. Tanto de projetos relacionados com a captação de água quanto a energia solar, que é uma das tecnologias que a gente já está correndo atrás pra conseguir. O projeto que vocês da CPI-Acre estão desenvolvendo é muito importante porque é um projeto piloto. Não é possível atender inicialmente todas as famílias. Mas caso seja uma experiência que dê certo e as famílias estejam organizadas, pode ser uma experiência que vai ser replicada para as outras.*

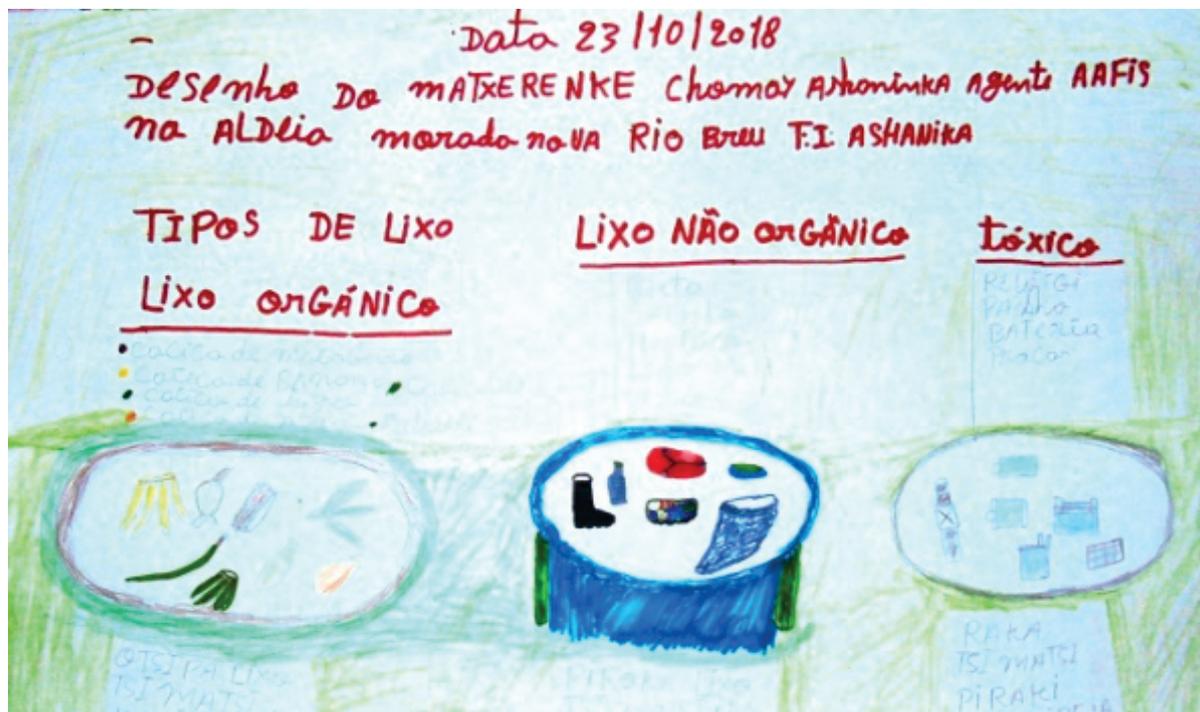
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Moisés Moreira

## Produção de material didático sobre Resíduos Sólidos

Foi proposta junto aos participantes a elaboração de ilustrações do tema manejo de resíduos sólidos, as quais futuramente irão subsidiar a elaboração de material didático para as escolas indígenas.

Tema 1: Tipos de Lixo encontrados nas aldeias

Tema 2: Mapas de manejo do lixo nas aldeias



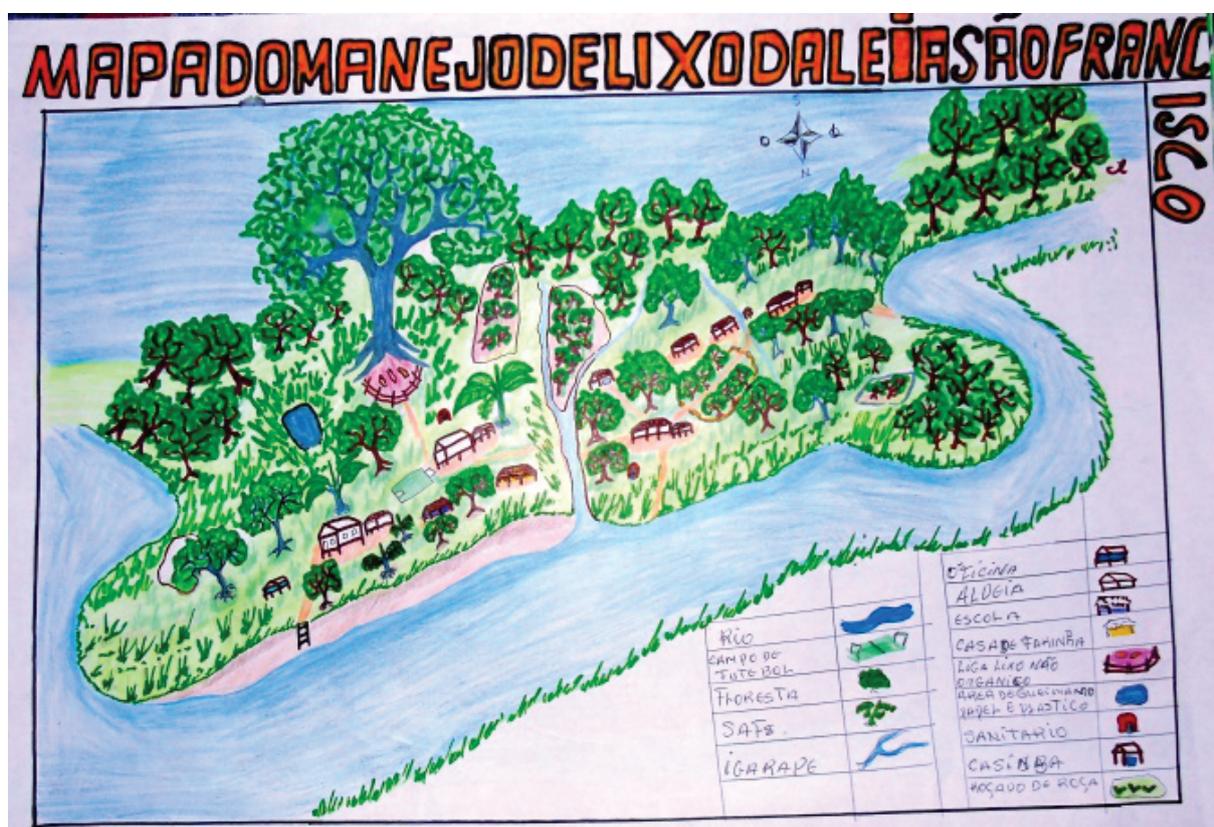
(AAFI Matxerenke)



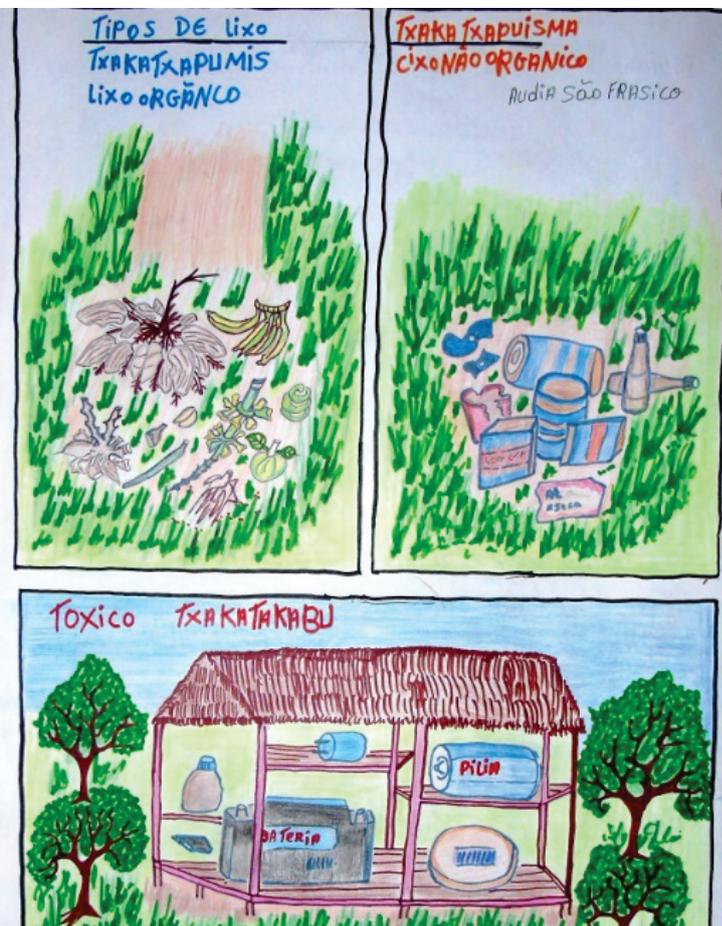
(AAFI Silomar)



Mapa do manejo do lixo. (AAFI Delciomar)



(AAFI Bibiano)



Tipos de lixo. (AAFI Bibiano)



Tipos de lixo. (AAFI José Samuel)



(AAFI Aldemir)



(AAFI Silomar)



*AAFI Samuel fazendo a leitura do PGTA de sua TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu. (Foto: Paula Lima)*



*Shishi Ashaninka com a Arte do Kene. (Foto: Paula Lima)*



*Mulheres apresentam suas demandas sobre o uso da água. (Fotos: Paula Lima)*

### ***Captação de água da chuva***

Uma das ações previstas neste projeto é a instalação de sistemas de captação de água da chuva. Um número inicial de oito famílias receberá pontos de captação de água, que serão escolhidas de forma participativa e considerando critérios como população da aldeia, dificuldade de acesso à água (número de cacimbas, igarapés, rio) e com prioridade àquelas não atendidas pelos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Em certos casos, pode haver famílias e casas numa aldeia que estejam mais distantes do SAA implantado, por exemplo, e outros casos ainda, em que a instalação de um ponto onde haja atendimento pelo SESAI seja visto como importante e, portanto, complementar ao da SESAI.

O projeto prevê uma estrutura básica constituída por calhas de largura apropriada, armazenamento em caixa d'água suspensa com cobertura e construção de rede de distribuição, cujo desenho deverá ser definido coletivamente. Este modelo utiliza-se de materiais hidráulicos simples achados com facilidade em lojas de materiais de construção. Nesta primeira viagem do projeto, foram propostas definições prévias com a comunidade sobre os locais de instalação dos pontos de captação, lembrando sempre do caráter demonstrativo da ação e do baixo custo, representado por uma tecnologia social que pode ser replicada com recursos das comunidades. A técnica de captação será simples, representada com caixa d'água suspensa e haverá a instalação de calha resistente com largura apropriada, para receber a quantidade de água da chuva por todo o período de inverno. Haverá encanação simples para distribuição em algumas casas das aldeias. O tratamento da água ficará a cargo do trabalho desenvolvido pelo Agente Indígena Sanitário (AISAN), junto às famílias

Nos últimos tempos, a adoção de sistemas de água potável, por meio de cacimbas e cisternas, tem colaborado de fato com o saneamento básico de boa parte das aldeias. Porém com o crescimento frequente das populações, nem todas as famílias têm acesso a esses recursos e em algumas situações, doenças como diarreia e problemas de pele são consequências desse déficit, acometendo principalmente crianças e velhos. E nem sempre aquelas famílias que tem acesso a cacimbas e poços estão de fato tendo acesso à água de qualidade.

Além de facilitar o acesso à água potável, a captação de água da chuva visa facilitar a rotina do trabalho doméstico, de forma particular as mulheres, responsáveis por desempenhar variadas atividades diárias, que demandam o uso da água.

Depois de iniciar o tema com os participantes, solicitei que relatassem um pouco sobre o uso da água pelas famílias. As mulheres, as principais beneficiadas, falaram sobre suas necessidades. Em duas aldeias há poços Amazonas (DSEI): Aldeia Morada Nova e Vida Nova.

*O nosso poço foi construído no ano de 2002 na aldeia Vida Nova. Era pra ser mais fundo, mas foi feito só quatro metros de fundura. No inverno, a água enche bastante e ele sobe, mas no verão desce muito, fica bem pouquinho. Para encher as caixas, tem que puxar cinco dias para poder abastecer. Isso de ter furado pouco fundo, prejudicou todo o sistema de abastecimento. Um sistema bom em 15 minutos você já consegue encher. Desse jeito que está, ele não funciona correto. Mesmo assim um poço artesiano vem ajudar muito a nossa comunidade, porque é uma água potável que fornece pra gente. Mesmo com problema, esse poço veio ajudar a gente, ajuda muito principalmente as mulheres. A gente teve curso de 45 dias lá em Rio Branco para usar o cloro, como armazenar água para beber e tem as vezes essa capacitação. É muito importante o trabalho do agente de saúde pra comunidade.*

(AISAN José Luiz Massal)

*Em 2005 o pessoal da saúde mandou equipe para fazer poço na nossa aldeia Morada Nova. Ele tem três metros de fundura. Aquele secou a água. Conversamos com a comunidade, AIS, AISAN, que só dá para usar no inverno, verão seca. Nós que temos que ver onde ter um melhor poço, porque a comunidade estava reclamando muito, precisa de um lugar onde não pode secar. No rio a água não é boa, só pra tomar banho. A comunidade conversou e arrumei outro canto para fazer poço. A gente conseguiu outro poço e tem água no verão também. O AISAN conseguiu, então agora temos água para a saúde das pessoas. A gente usa mais a cacimba.*

(AAFI Matxerenke).



Abastecimento de água no trapiço da casa da liderança Fernando Henrique. (Foto: Paula Lima)



*Abastecimento de água próximo a cozinha, facilitando o trabalho das mulheres. (Foto: Paula Lima)*

Quanto ao sistema de abastecimento de água nas aldeias, os dois poços foram construídos com pouca profundidade, de acordo com os relatos dos comunitários. Pelo que nos parece, a falta d'água no período de verão se dá pelo fato de não possuir uma profundidade suficiente para retirada. Quanto ao sistema de distribuição, na aldeia Vida Nova pude observar de perto seu funcionamento, atendendo assim de forma satisfatória as famílias no período de inverno. A expectativa pelos pontos de captação de água da chuva surge com mais uma possibilidade de facilitar o dia a dia das famílias nas aldeias, além de ser uma tecnologia mais limpa, quando comparada aos poços artesianos que necessitam de combustível para bombear a água para os pontos de distribuição.

A respeito das mulheres, procuramos fortalecer a participação delas nas atividades e reuniões, principalmente quando tratamos da questão da captação da água da chuva. Algumas estiveram ausentes apoiando no trabalho da cozinha que atendia a oficina e algumas outras percebemos a timidez por não falar a língua portuguesa (LP). Tanto para contempla-las como também outros indígenas que não possui a compreensão da LP, procuramos sempre pedir auxílio aos AAFIs na tradução de nossas falas, ora em Hãtxa Kuĩ, ora em Ashaninka. Conduzimos nossas discussões detidamente, possibilitando as traduções simultâneas e esclarecimentos de dúvidas.

### ***Definição de consultor indígena***

Durante a apresentação do projeto, informamos que haveria a contratação de um consultor indígena para acompanhamento de atividades específicas, como nos momentos de assessoria, oficinas, atividades de proteção territorial e reuniões com a Comissão de Lideranças para Acompanhamento do projeto. O perfil devia ser de uma pessoa com responsabilidade, experiência sobre as questões de formação do AAFI, o histórico de luta da categoria e desafios pela manutenção das conquistas e direitos indígenas. Uma pessoa com bom relacionamento com a comunidade e facilidade de mediação e articulação das atividades no âmbito do projeto. A comunidade optou pela escolha da liderança Fernando Henrique Kaxinawa, professor e atual presidente da AKARIB.

## ***Oficina Gestão Integrada para a Proteção dos Territórios das Comunidades Indígenas e Não Indígenas nas Bacias Binacionais dos Rios Juruá, Amônia e Breu***

Na sequência da oficina de Gestão Territorial e Ambiental e Manejo de Resíduos Sólidos, foi realizada à Oficina de Gestão Integrada. As ações envolveram temas importantes para discussões e estratégias comunitárias a fim de fortalecer os povos indígenas da TI, no âmbito de seu plano de gestão ambiental e territorial, considerando as principais dinâmicas de fronteira e as ameaças aos territórios indígenas desta região do Juruá entre o Estado do Acre e o Departamento de Ucayali, no Peru.

Várias são as ameaças sobre os territórios indígenas na Fronteira Acre-Ucayali, desde as mais comuns (invasões de madeireiros, caçadores e pescadores ilegais) àquelas que se destacam pelas políticas internacionais de integração econômica (construção de estradas) e de exploração de recursos naturais como madeira, petróleo, gás e minério, e que não consideram os fatores impactantes sobre as populações indígenas e tradicionais da região.

A partir desse cenário e de vários encontros nacionais e internacionais entre povos indígenas no âmbito do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT), se consolidou um diálogo objetivando a gestão integrada de seus territórios, articulada com as organizações indígenas regionais e locais, que têm avançado significativamente por meio das ações de proteção, vigilância e monitoramento de seus territórios, manejo e uso dos recursos naturais, e intercâmbio de experiências exitosas a partir das iniciativas indígenas de gestão ambiental.

Na Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu, essas experiências se consolidam na medida em que os Povos Huni Kuĩ e Ashaninka mobilizam estratégias de sensibilização de seus vizinhos peruanos (Comunidades Nativas Oori e Koshirene), buscando articulação conjunta frente aos problemas comuns a todos que habitam às margens do rio Breu, como a pesca predatória, abertura de ramais, exploração de petróleo, invasão de madeiras ilegais e narcotráfico.

Além da busca pelo diálogo, cada vez mais necessário para evitar que tais impactos aumentem, os povos indígenas da Terra Indígena do rio Breu têm também o desafio de estreitar suas relações com os moradores não indígenas da RESEX Alto Juruá, tendo em vista que alguns impactos ou pressões sobre seu território se originam na Vila do Breu, a exemplo da pesca predatória na foz do rio Breu.

As atividades de articulação, para ações integradas de gestão territorial e de monitoramento para proteção territorial, também foram complementadas com ações realizadas no âmbito do Projeto “Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre”.

A CPI-Acre também colheu informações através de dois questionários distintos, que permitem obter um entendimento mais claro sobre a percepção das comunidades indígenas em relação às mudanças do clima e seus impactos sobre as florestas e terras indígenas, e a percepção sobre a qualidade de vida nas aldeias, fornecendo indicadores importantes que mostram a situação das comunidades frente aos aspectos voltados à segurança alimentar, saúde, educação e cultura. Cerca de 50 representantes indígenas participaram da oficina “Gestão Integrada para a proteção dos territórios das Comunidades Indígenas e não Indígenas nas Bacias Binacionais dos rios, Juruá, Amônia e Breu”.

A oficina de Gestão Integrada oportunizou significativa discussão em relação aos desafios e processos de diálogos realizados pelos Huni Kuĩ e Ashaninka do Rio Breu, bem como seus desafios no relacionamento com os vizinhos mais próximos – Oori e Koshirene, conjuntura esta acompanhada pela CPI-Acre desde as primeiras oficinas de etnomapeamento em 2004.

A proteção conjunta de seus territórios e recursos naturais, especialmente no que se refere à pesca, às águas dos rios e igarapés e à caça, são pontos centrais que definem a relação entre esses vizinhos. Os acordos tomam forma em uma agenda comum de compromissos mútuos, indicadora de ações integradas para proteção dos territórios, suas florestas e o manejo e uso dos recursos naturais, bem como intercâmbios que contribuam para a sustentabilidade e manutenção do clima.

Os territórios indígenas e tradicionais na fronteira Acre-Ucayali, enfrentam problemas socioambientais de relevante impacto sobre suas populações. Algumas falas feitas pelo AAFI Aldemir Matheus e o professor Fernandes Henrique apontaram para preocupações com a região, frente as ameaças sobre a TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu e territórios indígenas do Brasil e Peru, bem como a Reserva Extrativista Alto Juruá.

*Hoje nós já temos essa preocupação e esses sinais que estão aproximando desse lado [fronteira do Peru], está vindo mais. Somente o lote aqui em frente da nossa casa, se começar a trabalhar, porque o Breu nasce lá no Peru, os igarapés grandes nascem de lá e através do petróleo contamina tudo, rio, peixe, terra, acaba com a floresta, os animais e são bem pertinho. E se eu correr nós podemos nos prejudicar muito, e a estrada é do mesmo jeito. Chegar a estrada aí no município, tem essas duas comunidades aí [Oori e Koshirene], já acessar pra entrar em contato com empresas pra poder explorar a madeira, e já poder abrir um ramal que pode chegar aqui em frente à nossa casa. Ainda outra preocupação, nas oficinas anteriores, discutimos assim: “se fazer isso nós povos indígenas Huni Kuĩ e Ashaninka que mora no Brasil, nós podemos ficar atentos, por que, quando chegar vão oferecer dinheiro, educação de boa qualidade, saúde, e vem essa traição”. E como, vamos ver, esse pessoal trabalhando com a madeira e pegando dinheiro pra comprar algumas coisas, pode envolver também: ‘rapaz também vou pra lá, que desse lado nunca ganho dinheiro, não tenho nada’. Pode envolver também. Nós temos exemplo hoje porque, não bebíamos, não utilizava nenhum tipo de bebida alcoólica e com o contato com os nawa, hoje somos contaminados, o parente quando vai pra cidade traz aquele ‘tampa azul’ e pratica o que aprendeu com eles e pratica na terra indígena, e depois já traz esse problema para dentro da comunidade. Então, com esse tipo de impacto, pode ocorrer isso também. Porque já tem o exemplo.*

AAFI Aldemir Matheus Kaxinawa



## ***Apresentação do Plano de Gestão Integrado para a proteção dos territórios na Fronteira Acre-Ucayali***

A programação da oficina contava com a presença das lideranças indígenas peruanas de Oori, Koshirene e Santa Rosa, que compareceram apenas no período da tarde do segundo dia da oficina, por conta de outros compromissos. Estavam presentes 11 representantes das comunidades indígenas peruanas e duas associações locais. As lideranças indígenas dessas comunidades, em agenda paralela à oficina, estavam reunidas com técnicos da ONG ProPurus e da Associação MABOSINFRON (Asociación de Manejo de Bosques Sin Fronteras) em atividades de intercambio e estratégias para zoneamento das áreas das Comunidades Nativas do rio Breu. O objetivo do intercâmbio, de acordo com o técnico da ProPurus, também foi favorecer a troca de experiências para a gestão de uma área a ser reconhecida como Área de Concessão para Conservação, nos limites ao sul das Comunidades Nativas Oori e Koshirene, solicitada para a gestão comunitária por meio da Asociación de Conservación Comunal de Yurua (ACC Yurua). Esta Associação foi criada exclusivamente para solicitar a criação e realizar a gestão da referida área.

Aproveitando a presença dos líderes peruanos dessas Comunidades Nativas, foi realizada a leitura de pontos-chave e uma explanação geral sobre a primeira versão do plano de “Gestão Integrada para a Proteção dos Territórios das Comunidades Indígenas e Não Indígenas nas Bacias Binacionais dos Rios Juruá, Amônia e Breu”. O documento reúne os acordos e compromissos comuns, discutidos e elaborados em várias reuniões anteriores, para ações de gestão territorial, manejo e uso dos recursos naturais e estratégias para a proteção dos territórios de forma integrada.

Para alguns representantes indígenas peruanos, os acordos ainda precisam ser cumpridos e respeitados. De acordo com Edwin (Comunidade Oori) e Vicente (Comunidade Koshirene), os acordos não são seguidos pelos seus vizinhos Kaxinawa e Ashaninka do rio Breu, e há uma necessidade de afirmar a agenda comum para evitar as invasões dos indígenas brasileiros que vão caçar em seus territórios sem permissão. Por outro lado, pelos próprios acordos e entendimentos feitos entre os indígenas peruanos e brasileiros, devem ter uma preocupação maior voltada para as verdadeiras ameaças que, de fato, são mais abrangentes e comuns à todos os territórios indígenas da fronteira, entre elas, a exploração ilegal de madeira e o avanço de estradas e ramais na região do alto Juruá, na fronteira Acre-Ucayali.



*Fernando Henrique Kaxinawa. (Foto: Paula Lima)*



Para Juan Perez Tello, liderança da Comunidade Nativa Santa Rosa localizada no rio Juruá e presidente da recém-criada Asociación de Conservación Comunal de Yurua (ACC Yurua), as estratégias indígenas são importantes, construindo e fortalecendo a união entre os povos da região para combater e evitar as ameaças presentes e futuras. De fato, o documento apresentando mostra o quanto pode ser enriquecedor para as comunidades indígenas da fronteira os intercâmbios de conhecimentos e experiências de gestão ambiental e territorial, que garanta a qualidade e os modos de vida de cada povo e sua cultura. Na oportunidade de sua reflexão junto aos participantes da oficina, Juan sugeriu o seguinte apontamento para fazer parte do Plano de Gestão Integrado:

(Hacer una pasantia) - Os Comitês de Vigilância e os Agentes Agroflorestais Indígenas – realizarem parceria para fortalecer as experiências de gestão territorial e ambiental – intercâmbios de experiências relacionados aos trabalhos de vigilância e proteção dos territórios, realizados pelos povos indígenas da fronteira das bacias dos rios Breu e Juruá. Realizar duas reuniões por ano, para avaliar os trabalhos de vigilância e proteção de seus territórios.



Matxerenke Chomay (moradores da TI), Aldemir Matheus Kaxinawa e Juan Perez Tello, liderança da Comunidade Nativa Santa Rosa e Presidente da Asociación de Conservación Comunal de Yurua. (Fotos: Paula Lima e José Frank).

## ***Plano de Vigilância e Proteção Territorial da Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu***

Para discutir as estratégias de vigilância e proteção da terra indígena, bem como o envolvimento dos “parentes” de Oori, Koshirene e os Ashaninka e Huni Kuĩ que moram na RESEX Alto Juruá, os participantes da TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu, especialmente as lideranças indígenas, realizaram algumas reuniões noturnas para avaliar os principais temas que já fazem parte do seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental, em especial sobre as primeiras ideias para as estratégias de proteção do território. Essas discussões, relacionadas aos impactos e pressões sobre a Terra e seus recursos, tanto discutidas no Plano de Gestão, vão de encontro às propostas de construção de ações práticas voltadas ao acompanhamento dos problemas e pressões territoriais que afetam todas as comunidades ao longo do rio Breu, seja na Terra Indígena, nas Comunidades Nativas ou na Reserva Extrativista.

*Esse acordo que a gente fez, teve participante de quase todas as aldeias. Esse ponto que foi levantado aí, foi ouvido entre nós AAFIs, professores, AIS e demais da comunidade. Entramos de acordo se podia deixar assim, e foi indo. Então, ainda não está fechado. Estamos vendo onde nós podemos melhorar, onde é que podemos acrescentar mais, para deixar esse nosso acordo, de uma maneira que nós podemos entender pra fazer as ações, o trabalho em cima delas, principalmente a pesca predatória. Se nós daqui da Terra Indígena reunirmos e articular pra fazer a vigilância, se nós não chamarmos as cinco aldeias daqui, as duas Huni Kuĩ e três Ashaninka [que estão na RESEX], eles não podem saber e também entender que tipo de trabalho nós estamos fazendo. Somos parentes, somos irmãos, mas eles são moradores dentro da Reserva, e nós morando aqui dentro da Terra Indígena. Outra, que tem duas comunidades do lado do Peru, que são nossas vizinhas: Koshirene e Oori. E nós, nessas três Terras - Reserva, Terra Indígena e Comunidade Nativa do Peru -, nós habitamos nessa bacia do rio Breu, onde é que nós bebemos água, tomamos banho, onde nós pescamos e navegamos para fazer algum tipo de trabalho. Então esse rio podemos chamar de binacional e a necessidade que vemos é aqui dentro, e é por isso que nós podemos já começar a pensar como que nós vamos fazer e é isso que podemos chamar, unir essas três terras, pra podermos fazer esse tipo de trabalho, de vigilância.*

AAFI Aldemir Matheus

As estratégias para a vigilância e proteção da Terra Indígena também foram apoiadas pelo projeto “Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre”, resultando na formação do Grupo para Excursões de Vigilância Comunitária para realizar a Identificação e o Reavivamento dos limites da Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu. Esta ação se soma às atividades de monitoramento da pesca predatória na foz do rio Breu e acompanhamento da abertura do ramal madeireiro.

As lideranças Huni Kuĩ e Ashaninka do rio Breu escolheram quatro pessoas para realizarem as atividades de vigilância da TI. Esta equipe será assessorada por um indígena, também escolhido pela comunidade, que estará acompanhando e assessorando as atividades. A equipe é formada por dois Ashaninka e dois Huni Kuĩ. A equipe fará as atividades de vigilância para monitorar a ocorrência de pesca na foz do rio Breu, e excursões aos limites da TI para registrar algum tipo de invasão e reavivar os limites da TI.

Além da pesca, como dito anteriormente, o que também preocupa as comunidades nativas é a reabertura do ramal madeireiro, que já está acessível até o local da antiga base da empresa madeireira Forestal Venal, ao sul da Comunidade Nativa Sawawo. Já a aldeia ashaninka Pau Furado fica mais próxima da foz do Breu e Oshiko Petxanka, (AAFI da Nova Morada) por sua proximidade desta aldeia, facilita o acompanhamento dessas informações. Apoiando no registro e repasse para o AAFI Matxerenke, como também ao consultor indígena Fernando Henrique, e conseqüentemente repassar os informes à CPI-Acre e demais instituições governamentais competentes.

Já a aldeia ashaninka Pau Furado fica mais próxima da foz do Breu e Oshiko Petxanka, (AAFI da Nova Morada) por sua proximidade desta aldeia, facilita o acompanhamento dessas informações. Apoiando no registro e repasse para o AAFI Matxerenke, como também ao consultor indígena Fernando Henrique, e conseqüentemente repassar os informes à CPI-Acre e demais instituições governamentais competentes.

### ***A presença de povos indígenas isolados na bacia do rio Breu***

O indigenista da FUNAI, André Neves, fez uma apresentação dos trabalhos realizados pela Frente de Proteção Etnoambiental Envira/ Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIRC- FUNAI) em relação aos desafios de acompanhar os índios de recente contato, assentados na base da Frente no Alto Rio Envira, município de Feijó. A apresentação oportunizou o entendimento das ações da base e como seus servidores vêm trabalhando para amenizar os impactos do contato sobre os indígenas recém contatados.

O momento foi oportuno para que o servidor da Frente de Proteção pudesse ouvir dos moradores depoimentos sobre os aparecimentos de isolados na terra indígena, registrar e entender melhor o deslocamento destes grupos. Em 2018, nos meses de setembro e outubro, alguns Huni Kuĩ da Terra Indígena relataram avistamentos e vestígios, cada vez mais próximos dos roçados das aldeias. De acordo com o AAFI Aldemir, esses isolados costumam andar com mais frequência no período do verão em busca de matéria prima para confecção de suas flechas e já se aproximaram das aldeias São José e Japnim, colhendo macaxeira dos roçados.

### ***Percepção dos Huni Kuĩ e Ashaninka sobre a qualidade de vida na Terra Indígena***

Foram aplicados 22 questionários, sendo 18 homens e apenas 4 mulheres entrevistados, com a faixa etária variando entre 30 e 93 anos. O questionário abordou os seguintes tópicos: i) Situação da Terra Indígena, ii) Situação dos Recursos Naturais, iii) Situação da Cultura, iv) Segurança alimentar, v) Benefícios Sociais, vi) Saúde, vii) Medicina Tradicional, viii) Educação, ix) Saneamento Básico, x) Infraestrutura e xi) Migração.

De forma geral, as questões abordadas indicam que a qualidade de vida descrita pelos entrevistados está diretamente ligada à manutenção do território e de suas culturas (Huni Kuĩ e Ashaninka). Como as práticas de festas tradicionais, sua importância para o povo, o uso do cipó e aspectos relacionados à utilização da língua indígena.

A confecção de artesanato, que depende da disponibilidade dos recursos da floresta, também permanece com um valor significativo de 71%, ou seja, os recursos não estão escassos.

Cerca de 57% dos entrevistados também responderam que o artesanato é utilizado pelo seu povo, contudo, é pouco comercializado de acordo com 60% dos indígenas entrevistados.

Na segurança alimentar, 100% dos questionários registram que a origem da alimentação vem dos roçados e 85% afirmaram que utilizam o fogão a lenha para cozinhar os alimentos.

A prática da medicina tradicional é 100% realizada pelas comunidades, bem como a transmissão dos saberes relacionados a tal prática e o próprio uso e manejo das plantas medicinais.

Com relação a alguns aspectos da educação, houve respostas relativamente equilibradas. 50% dos entrevistados dizem que a estrutura das escolas é boa. No entanto, 82% dizem que o material escolar não é suficiente. Fato positivo é a questão da merenda escolar regionalizada, onde todos responderam que é fornecida pela própria aldeia.

A qualidade da água para 90% dos entrevistados é boa, e 63% dizem que há muita água para a aldeia. 40% disseram que a principal fonte de abastecimento são as cacimbas, em segundo lugar os poços (19%) e em terceiro lugar, empatados, os igarapés e água da chuva (ambos com 13%).

Sobre as migrações, 85% responderam que não houve mudanças de famílias para a cidade nos últimos anos. Todos responderam que gostam de morar na Terra Indígena.

Sobre a comercialização de seus produtos, 95% afirmaram ser importante a sua venda na cidade.

### ***Percepção dos Huni Kuĩ e Ashaninka sobre as mudanças do clima***

Foi realizada uma breve análise a partir da aplicação dos questionários, voltada a coletar informações qualitativas e quantitativas a respeito das percepções relacionadas às mudanças do clima na Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu. Entre os tópicos principais apontados pelos questionários, foram abordados os seguintes:

i) Faixa Etária, ii) Percepção das Mudanças Ambientais, iii) Mudanças nos Roçados, iv) Mudanças nas atividades de caça, v) Mudanças nas atividades de pesca, vi) Recursos Hídricos, vii) Floração das árvores e viii) Mudanças do Clima e a Influência na Cultura.

Foram entrevistados 15 indígenas do sexo masculino nas faixas etárias entre 31 e 82 anos. A grande parte dos entrevistados (12) está nas faixas etárias de 25 a 49 anos, e apenas 3 dos entrevistados tinha mais de 50 anos de idade.

A seguir, os dados mostram em uma análise geral alguns dos aspectos que indicam tais mudanças:

i) Percepção das Mudanças ambientais - a maioria dos entrevistados perceberam que está tendo mais chuvas que o de costume (87%), com ocorrências fora de época (80%). Todos, sem exceção, também afirmaram que a temperatura na Terra Indígena tem aumentado. As secas estão mais prolongadas e ocorrem fora de época, de acordo com cerca de 60% dos entrevistados.

Os igarapés e rios estão mais rasos, de acordo a 68% dos indígenas entrevistados, e mais da metade dos entrevistados (53%) dizem que estão ficando rasos fora do período normal. Para todos os entrevistados, o período da friagem também mudou bastante, todos responderam que os dias de friagem estão ficando mais escassos. Cerca de 80% das respostas são de que a degradação nas áreas ou no entorno da Terra Indígena são as causas das mudanças percebidas, já 33% afirmam que o desmatamento e queimadas são responsáveis por tais mudanças.

ii) Mudanças nos Roçados – todos fazem seus roçados em áreas antigas (capoeiras) para evitar a abertura de floresta. Contudo, a grande maioria diz que o período de abertura dos roçados tem mudado (86%), logo o início dos plantios tende a mudar juntamente com a colheita da produção dos roçados, de acordo com 80% dos entrevistados. O plantio das praias, para 60% dos entrevistados também mudou. Outra observação significativa é quanto ao crescimento das plantas dos roçados de praia, afetado pelo aumento de temperatura no solo, em especial na areia da praia. Segundo os entrevistados, as raízes das plantas acabam “queimando” com o calor excessivo na areia, e 80% dos entrevistados afirmam que esse aumento de temperatura é o principal fator que afeta diretamente a produção dos roçados de praia.

De acordo com o professor e presidente da AKARIB, Fernando Henrique, a produção do amendoim em 2017 foi muito boa, conseguiram coletar cerca de 300 quilos. Em 2018 não houve produção significativa do mudubim por causa do fenômeno das altas temperaturas nos roçados da praia.

iii) Mudança nas atividades de caça – 67% afirmam que a caça grande ainda aparece próxima às aldeias e 40% dizem que está pouca. Os valores para saber se houve mudança no período em que elas aparecem ficaram relativamente equilibrados (53% dizem que o período mudou, 47% dizem que não), diferente das caças pequenas em que 73% falaram que não houve mudanças. As caças pequenas, também conhecidas pelas comunidades por ‘embiaras’, estão relativamente fáceis de serem encontradas próximo às aldeias (cerca de 67% das respostas, contra 53% que afirmam estar longe). Já as caças grandes se encontram longe da aldeia para 60% dos entrevistados.

iv) Mudanças nas atividades de pesca – os rios e igarapés são os principais ambientes de pesca, considerados os melhores locais para a atividade. Um pouco mais da metade afirma que o período das pescarias mudou (cerca de 53%). O principal problema para essa atividade é a escassez, 100% dos entrevistados dizem que os peixes têm diminuído nos rios e igarapés. Já os lagos, para 47%, têm sofrido com a diminuição. As pescarias são realizadas principalmente com anzol e tarrafa, para todos os entrevistados. A zagaia é o segundo instrumento utilizado (93%), acompanhado pelo uso do tinguí (66%). A maioria, 60% também diz que houve mudança no período da pesca e 93% afirma que o mês em que ocorre a piracema tem mudado.

v) Recursos hídricos – os poços dos rios têm sofrido muitas mudanças ao longo do tempo. Estes locais são essenciais para a própria manutenção da pesca, pois fazem parte da ecologia da maior parte dos peixes, espécies de arraias, serpentes e jacarés, contribuindo para a manutenção do próprio canal do rio, que é parte da ecologia desses animais. Todos os entrevistados afirmam que os poços estão mudando, bem como o período dos repiquetes. Para 93% dos entrevistados os repiquetes fora de época estão impactando as comunidades.

vi) Floração das árvores – a maioria também afirmou que a floração tem sofrido mudanças (80%), com árvores frutíferas florescendo fora de sua época (67%). A qualidade dos frutos também mudou para 76% dos entrevistados.

vii) Mudanças do Clima e a influência na cultura – a maioria diz que os sinais da natureza que indicam a chegada da chuva mudaram (73%), bem como os sinais que indicam a chegada do verão (87%). A alimentação tradicional do povo e sua cultura também tiveram mudanças, de acordo com 87% dos entrevistados.



*Meninos Huni Kuĩ retornam do roçado com os legumes. (Foto: Paula Lima)*

